



267

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO Nº 0108315-62.2009.8.17.0001 (0268205-9)
COMARCA: RECIFE
VARA: 13ª VARA CRIMINAL
APELANTE: ALEXSANDRO CHAGAS DE SANTANA MARQUES E
LUIZ FELIPE ALVES MONTEIRO DA SILVA
DEFENSOR PÚBLICO: GERALDO PINTO DELMAS E ROBERTA PEIXOTO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. ROUBO QUALIFICADO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DE FURTO. IMPOSSIBILIDADE. CRIME PERPETRADO COM GRAVE AMEAÇA. REDUÇÃO DA PENA. IMPROCEDÊNCIA. DOSIMETRIA CORRETA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 231 DO STJ. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA MULTA. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. SENTENÇA MANTIDA. APELO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Hipótese em que o crime foi perpetrado em concurso de pessoas mediante intimidação pessoal em via pública, configurando a ameaça necessária para a subsunção do crime de roubo.
2. Não há de se falar em redução da pena quando a pena-base foi fixada no mínimo legal e as atenuantes foram devidamente reconhecidas e inaplicadas por força da súmula 231 do STJ.
3. Não há amparo para a isenção do pagamento da pena de multa nos crimes contra o patrimônio por ser parte integrante da sanção imposta pelo legislador
4. Apelação não provida. Decisão unânime.

ACÓRDÃO – Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação nº 0108315-62.2009.8.17.0001 (0268205-9), da 13ª Vara Criminal da Capital, em que figura(m), como Apelante, **Alexsandro Chagas de Santana Marques e Luiz Felipe Monteiro Alves da Silva** e, Apelado, **Ministério Público do Estado de Pernambuco**, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores



268

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

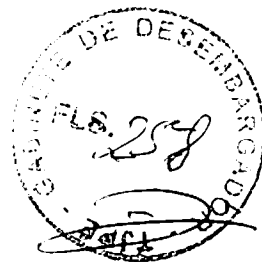
Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto que está devidamente assinado.

Recife, 23 de 09 de 2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



APELAÇÃO Nº 0108315-62.2009.8.17.0001 (0268205-9)
COMARCA: RECIFE
VARA: 13ª VARA CRIMINAL
APELANTE: ALEXSANDRO CHAGAS DE SANTANA MARQUES E
LUIZ FELIPE ALVES MONTEIRO DA SILVA
DEFENSOR PÚBLICO: GERALDO PINTO DELMAS E ROBERTA PEIXOTO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Alexsandro Chagas de Santana Marques e Luiz Felipe Monteiro Alves da Silva recorrem, tempestivamente, da decisão de **fls. 179/182**, que os condenou à pena de 06 (seis) anos, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão a ser cumprida inicialmente no regime semiaberto e cumulada com o pagamento de 70 (setenta) dias-multa, por haverem incorrido no crime do art. 157, § 2º, inciso II, c/c o art. 71, ambos do Código Penal Brasileiro¹.

O Apelante **Alexsandro Marques**, em suas razões recursais, às **fls. 205/207**, pugna **a)** pela diminuição da pena, por entender que o juiz

¹ Art. 157. Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

§ 2º A pena aumenta-se de um terço até metade:

II – se há o concurso de duas ou mais pessoas

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

Art. 71. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



não aplicou a atenuante de confissão; e **b)** que seja declarada a inexistência da causa especial de aumento referente ao concurso de pessoas.

Por sua vez, o Apelante **Luiz Felipe Silva**, em suas razões de recurso **às fls. 238/243**, requer: **a)** a desclassificação do crime de roubo para o crime de furto, por entender que não houve violência ou grave ameaça à pessoa, bem como **b)** a redução pena ao mínimo legal, por lhe ser favoráveis as circunstâncias judiciais e **c)** a isenção do pagamento da multa, em razão da sua situação financeira precária.

O Ministério Público apresentou contrarrazões, **às fls. 247/248 e 249/250**, pugnando pela manutenção da condenação em todos os seus termos.

A Procuradoria de Justiça, através do Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, ofertou parecer, **às fl. 253/255**, manifestando-se no sentido de ser negado provimento aos recursos.

Segundo os autos, a denúncia foi **recebida** em **08.05.2009** (fl.90) e a **sentença** foi publicada em **06.10.2011**, não se operando a prescrição da pretensão punitiva estatal. Atualmente os Apelantes encontram-se **soltos**, conforme mandado de intimação de fl. 183.

É, em resumo, o relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 31 de 10 de 2012


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



269

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO Nº 0108315-62.2009.8.17.0001 (0268205-9)
COMARCA: RECIFE
VARA: 13ª VARA CRIMINAL
APELANTE: ALEXSANDRO CHAGAS DE SANTANA MARQUES E
LUIZ FELIPE ALVES MONTEIRO DA SILVA
DEFENSOR PÚBLICO: GERALDO PINTO DELMAS E ROBERTA PEIXOTO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Os Apelantes foram denunciados e condenados, pelo crime de roubo qualificado, pelo seguinte fato delituoso:

Narra a denúncia que, no dia 11 de março de 2009, por volta das 22:00 horas, na Rua Amélia, no Bairro das Graças, nesta Capital, os Apelantes, agindo em comunhão de ações e desígnios, mediante simulação de porte de arma de fogo, subtraíram o aparelho de telefone celular pertencente à vítima Sonayra Juliana Costa da Silva e, poucos minutos depois, também abordaram a vítima Walter Ferreira de Lima Filho e tomaram-lhe o aparelho de telefone celular e a quantia de R\$ 20,00 (vinte reais). Consta na exordial que a vítima Sonayra caminhava pela rua, na companhia de seu namorado, quando foi abordada pelos Apelantes, que se encontravam montados em bicicletas, os quais, simulando portar arma de fogo, exigiram que a vítima entregasse o aparelho telefone celular, no que foram atendidos. Em seguida, os Apelantes atravessaram a rua e abordaram a vítima Walter, ocasião em que agiram com o mesmo *modus operandi*,



270

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

exigindo o aparelho celular e dinheiro. Logo após o assalto, as vítimas se dirigiram até uma cachaaaria próxima ao local e relataram o ocorrido para um segurança que estava numa moto, tendo a vítima Walter subido na garupa e saído com o segurança na intenção de localizar os Apelantes e, ao encontrá-los, os mesmos foram detidos e, após a chegada da polícia, conduzidos até a Delegacia de polícia, onde confessaram o crime.

A materialidade delitiva está comprovada através do Auto de Apresentação e Apreensão de fl. 50 e dos depoimentos prestados no Auto de Prisão em Flagrante de fls. 08/20.

Após uma análise profunda dos autos, verifica-se que a vítima Walter Ferreira Filho confirmou o assalto e reconheceu os Apelantes como sendo os autores do crime em seu depoimento judicial (fls. 146/147), fato este confirmado também pela vítima Sonayra Juliana Silva, que não foi encontrada para prestar esclarecimentos em juízo, mas quando inquirida perante a autoridade policial (fl. 13/14) onde narra com riqueza de detalhes a atuação dos acusados.

Os fatos narrados pelas vítimas são confirmados pela testemunha Genildo de Freitas que embora afirme não se recordar bem dos fatos, reconheceu sua assinatura no depoimento prestado na fase policial às fls. 08/09.

Ademais os próprios Apelantes confessam a prática do crime, sendo que somente o Apelante Luiz Felipe Silva requer a desclassificação do crime para o delito de furto, por entender que não houve violência ou grave ameaça, contudo, observa-se facilmente através dos autos que o *modus*



271

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

operandi dos atos praticados pelos acusados não se subsumam com o delito de furto, pois, houve uma nítida intimidação para com a primeira vítima, que inclusive encontrava-se acompanhada de seu namorado, e com a segunda vítima que a época dos fatos possuía apenas 19 (dezenove) anos de idade.

Da mesma forma, não resta dúvida que o crime foi perpetrado em concurso de pessoas, conforme se depreende da confissão judicial dos Apelantes, devendo incidir a qualificadora prevista no art. 157, § 2º, inciso II, do CP.

Quanto ao pedido dos Apelantes de redução da pena, este não deve prosperar, uma vez que o magistrado *a quo* analisou corretamente às circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, reconhecendo todas como favoráveis aos Apelantes, razão pela qual fixou a pena-base no mínimo legal, bem como reconheceu as atenuantes de confissão e da menoridade, as quais, acertadamente, não reduziram a pena por esta já se encontrar fixada no mínimo legal, conforme orientação pacificada através da **Súmula 231 do STJ: "A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal"**.

Por seu turno, as majorantes do concurso de pessoas e da continuação delitiva também foram arbitradas em seu patamar mínimo.

Por fim, no tocante ao pedido de isenção da pena de multa do Apelante Luiz Felipe Silva, tal pleito não encontra amparo legal, já que a pena pecuniária incorpora a sanção prevista pelo legislador para essas espécies de crime, apresentando-se, portanto, proporcional ao caso concreto.



272

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Com esses fundamentos, **voto** no sentido de **negar provimento** ao recurso, mantendo-se a sentença condenatória de fls.179/182 em todos os seus termos.

Recife, 23 de 09 de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



0010
275

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0108315-62.2009.8.17.0001 (0268205-9)
COMARCA : Recife - 13ª Vara Criminal
APELANTE : **ALEXSANDRO CHAGAS DE SANTANA MARQUES e LUIZ FELIPE ALVES MONTEIRO DA SILVA**
ADVOGADOS : Dr. Geraldo Pinto Delmas e Dra. Roberta Peixoto
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
REVISOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dr. Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de Apelação Criminal interposta pelas Defesas de ALEXSANDRO CHAGAS DE SANTANA MARQUES (fls.205/207) e LUIZ FELIPE ALVES MONTEIRO DA SILVA (fls.138/143), contra a Sentença (fls. 179/182) proferida pelo Juízo da 13ª Vara Criminal Comarca de Recife que, em 06.10.2011, **CONDENOU** os ora **Apelantes** como incurso nas penas do Art. 157, §2º, inciso II, c/c Art. 71, **ambos do CP, aplicando para cada um dos réus uma pena definitiva de 06 (seis) anos e 02 (dois) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime semiaberto e 70 (setenta) dias-multa, na razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos, nos autos do Processo nº 0108315-62.2009.8.17.0001.**

Foi concedido aos Réus o direito de apelar em liberdade (fl.182).

Em síntese, narra a Denúncia (fls. 02/04) que no dia 11 de março de 2009, por volta das 22h00min., na Rua Amélia, bairro das Graças, nesta Cidade, os Denunciados **ALEXSANDRO CHAGAS DE SANTANA MARQUES e LUIZ FELIPE ALVES MONTEIRO DA SILVA**, agindo em comunhão de ações e desígnios, mediante simulação de porte de arma de fogo, subtraíram o aparelho de telefone celular pertencente à vítima SONAYRA JULIANA COSTA DA SILVA e, poucos minutos depois, também abordaram a vítima WALTER FERREIRA DE LIMA FILHO e tomaram-lhe o aparelho de telefone celular e a quantia de R\$ 20,00 (vinte reais), consoante Auto de Apresentação e Apreensão de fl. 50.

Consta dos autos que a vítima SONAYRA JULIANA caminhava pela rua, na companhia de seu namorado, quando foi abordada pelos Denunciados, que se encontravam montados em bicicletas, os quais, simulando portar armas de fogo, exigiram que a vítima entregasse o aparelho telefone celular, no que foram atendidos.



276

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

Após o assalto, os Denunciados atravessaram a rua e abordaram a vítima WALTER FERREIRA, ocasião em que os Denunciados agiram com o mesmo *modus operandi*, exigindo que a vítima entregasse o aparelho de telefone celular e quantia em dinheiro que trazia consigo de R\$ 20,00 (vinte reais).

Logo após o assalto, as vítimas se dirigiram até uma cachaaçaria, próximo ao local e relataram o ocorrido para um segurança que estava numa moto, tendo a vítima WALTER FERREIRA subido na garupa da moto e saído com os seguranças na intenção de localizar os Denunciados, logrando êxito em encontrá-los, sendo os mesmos detidos e, após a chegada da polícia militar no local, foram conduzidos à delegacia onde foram autuados em flagrante delito.

A Denúncia deu os Acusados como incurso nas penas do Art. 157, §2º, inciso II, do CP, c/c Art. 69, do CP e foi recebida no dia 08.05.2009 (fl. 90).

O Juiz Monocrático, por ocasião da Sentença, observou que a materialidade existente nos autos consubstanciava o **roubo qualificado mediante concurso de agentes em continuidade delitiva (CP, art. 157, § 2º, inciso II e art. 71)**, conforme com os autos de prisão em flagrante delito (fl. 24/36), de apresentação e apreensão de fl. 50, auto de avaliação de fs. 52, no boletim de ocorrência às fls. 57/59, no de entrega às fl. 54 e nos consistentes testemunhos trazidos com a instrução, promovendo a *emendatio libelli*, previsto no artigo 383 do CPP, já que o acusado se defende dos fatos imputados, perfeitamente descritos na peça inicial.

Inconformada com a Sentença Condenatória, a Defesa de **ALEXSANDRO CHAGAS DE SANTANA MARQUE (fls.205/207)** requer a diminuição da pena, por entender que o juiz não aplicou a atenuante da confissão, questiona ainda a aplicação da causa de aumento de pena prevista no inciso II, do Art. 157, do CP. Por sua vez, o Acusado **LUIZ FELIPE ALVES MONTEIRO DA SILVA (fls.238/243)** objetivando, em síntese, a desclassificação do crime de roubo para o delito de furto, por entender que não houve violência ou grave ameaça, a redução da pena para o mínimo legal previsto, a aplicação das atenuantes da confissão e menoridade e a isenção do pagamento da pena de multa.

Em suas Contrarrazões (fls. 275/248), o Representante do Ministério Público pugna para que seja negado provimento aos



277

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

recursos, mantendo-se a sentença condenatória em todos os seus termos.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr. Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti, ofertou parecer no sentido de ser **negado provimento** ao recurso, mantendo-se a sentença recorrida em todos os seus termos (fls. 253/255).

A materialidade delitativa encontra-se devidamente comprovada no Auto de Apresentação e Apreensão de fl.50, Auto de Avaliação (fl. 52) bem como no Auto de Prisão em Flagrante Delito (fl.08/20).

No que pertine a autoria, constato que a vítima WALTER FERREIRA FILHO (fls.146/147) reconheceu os Acusados como autores de assalto de que foi vítima, esclarecendo que quando os Acusados o abordaram não foi apontada nenhuma arma, não sabendo declarar se com os Denunciados foram encontradas alguma arma, Por fim, disse que recuperou os bens subtraídos, que não conhecia a outra vítima, mas que esta também recuperou os seus bens.

A vítima SONAYRA JULIANA COSTA DA SILVA, que só foi ouvida em fase inquisitiva (fls.13/14), nesta oportunidade declarou que os Acusados, ao anunciar o assalto, simularam estar armados, tendo tomado dela o seu celular.

A testemunha GENILDO DE FREITAS, que apesar de em juízo não se recordar muito dos fatos (fls.147), ao ouvir suas declarações prestadas perante a Autoridade Policial (fls.24/25) reconheceu como sua a assinatura aposta no referido termo.

Por sua vez, os Apelantes confessam a autoria do delito, acrescentando que agiram conjuntamente (fls.149/150). Contudo a Defesa do réu LUIZ FELIPE SILVA pede pela desclassificação do delito para o crime de furto, por entender que não houve violência ou grave ameaça, mas como se viu a vítima SONAYRA JULIANA COSTA DA SILVA (fls.13/14) declarou que os Acusados, ao anunciar o assalto, simularam estar armados.

Note-se que, apesar de a vítima WALTER FERREIRA ter declarado não ter visto nenhuma arma em poder dos acusados, houve a intimidação já que, ao ser abordado pelos Acusados,



278

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

estes lhe disseram que era um assalto e pediram celular e dinheiro.

Como se sabe, a configuração do roubo também ocorre mediante a grave ameaça, que pode ser caracterizada através de gestos e palavras idôneas a incutir no espírito da vítima justo receio de uma agressão. Assim, a atitude dos Apelantes infundiu na vítima temor de mal injusto, reduzindo sua capacidade de oposição, constringendo-a a entregar o bem subtraído (celular), sendo suficiente para caracterização do delito de roubo. Nesse sentido:

PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO. PRETENSÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA PARA FURTO, ANTE A EVENTUAL AUSÊNCIA DE VIOLÊNCIA DA CONDUTA PRATICADA. IMPOSSIBILIDADE. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. INAPLICABILIDADE. INCIDÊNCIA DO ART. 44, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL.

I - Para a configuração do crime de roubo é necessário haver o emprego de violência ou grave ameaça contra a vítima. Entretanto, a violência não precisa ser de tal gravidade a ponto de ensejar lesões corporais, como nas vias de fato. Em outras palavras, a grave ameaça pode ser empregada de forma velada, pelo temor causado à vítima, o que leva a permitir que o agente promova a subtração sem que nada possa a pessoa lesada fazer para impedi-lo.

II - (...).

III - (...).

Ordem denegada. (HC 89.709/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2008, DJe 07/04/2008)

Ademais, em sede de roubo, a palavra da vítima deve merecer plena credibilidade quando se apresenta em perfeita harmonia com o mais da prova produzida (RT 718/405), pois ela esteve em contato frontal com o agente e, ao se dispor reconhecê-lo, ostenta condição qualificada a contribuir com o juízo na realização do justo concreto (TACRIM-SP.AC-1.036.841-3-Rel. Renato Nalini).

Nesse sentido a Súmula 88 do Tribunal de Justiça de Pernambuco dispõe que, nos crimes de natureza patrimonial, a palavra da vítima, quando ajustada ao contexto probatório, há de prevalecer sobre a negativa do Acusado.

Diante disto, observo que os elementos provas colhidos no inquérito policial foram confirmados, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, durante a Instrução Criminal, encontrando-se o conjunto probatório coeso e coerente, emergindo nos autos prova suficiente de que o Apelante realmente é o autor do crime narrado na Denúncia



279

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

Assim, quanto ao mérito da condenação, não há o que reparar.

Com relação ao pedido dos Apelantes de redução da pena, entendo que não deve prosperar, vez que o Juiz Singular, analisando as circunstâncias judiciais, ao fixou suas reprimendas no mínimo legal previsto - 04 (quatro) anos e 10(dez) dias-multa.

Na segunda fase, corretamente **deixou de aplicar em favor dos réus a circunstância atenuante da confissão espontânea** (Art. 65, III, alínea "d" do CP) e em favor do Acusado LUIZ FELIPE a **atenuante da menoridade** (Art. 65, I do CP), por ter dosado suas penas-base no seu patamar mínimo, em cumprimento ao entendimento cristalizado na **Súmula n.º 231 do STJ** que diz: "a incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal".

Em seguida, a majorante do concurso de pessoas (inciso II. Do §2º, do Art. 157, do CP), bem como da continuidade delitiva (Art.71, caput, do CP) também foram dosadas em seu patamar mínimo (fl.182). De modo que, a pena imposta aos Apelantes deve **ser mantida em sua integralidade**, pois não se mostrou excessiva.

Por fim, em relação ao pleito de isenção da pena pecuniária, tenho por inviável haja vista que ela decorrer de comando explícito do Art. 157 do CP, que estabelece cumulativamente a aplicação de pena privativa de liberdade e de multa. Constitui, portanto, sanção impositiva, não cabendo ao Magistrado o poder de isentá-la, mesmo que o réu venha a ser carente, do contrário ocorreria usurpação pelo Poder Judiciário das funções legislativas (cf. REsp 761268/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/08/2006, DJ 02/10/2006, p. 304)

Por todo o exposto, **nego provimento** ao presente recurso, mantendo-se a Sentença condenatória em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 23 de setembro de 2014 .

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor